

CES
COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOCIAL
Núm. 46 (2023-2024), páxs. 137-162
ISSN: 1130-2682

IMPLEMENTAÇÃO DA MOEDA LOCAL MOR EM
MONTEMOR-O-NOVO: VANTAGENS, DESAFIOS E
POTENCIALIDADES PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

*IMPLEMENTATION OF THE MOR LOCAL CURRENCY
IN MONTEMOR-O-NOVO: BENEFITS, CHALLENGES
AND POTENTIAL FOR SOCIAL TRANSFORMATION*

MARIANA VEIGA MACHADO*

SANDRA LIMA COELHO**

CLÁUDIA AMADOR***

Recepción: 30/06/2024 - Aceptación: 16/09/2024

* Católica Porto Business School.

** Católica Porto Business School e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior. Professora Auxiliar Convidada Universidade da Beira Interior e Professora assistente Católica Porto Business School. Correio eletrónico: sandra.lima.coelho@ubi.pt; scoelho@ucp.pt

*** Católica Porto Business School e Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Correio eletrónico: claudia.carvalho.amador@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, exploramos o impacto das moedas locais como uma forma de inovação social, destacando a sua capacidade de revitalizar economias locais e fortalecer laços comunitários. O nosso objeto de estudo é a moeda MOR, oriunda de Montemor-o-Novo, e analisamos as suas características e benefícios para a comunidade na qual esta moeda é utilizada. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando análise documental e entrevistas semiestruturadas, para compreender como a moeda promove, ou não, a transformação social. Os resultados sugerem que esta moeda local promove o consumo sustentável e contribui para o desenvolvimento local. Concluímos, igualmente, que o verdadeiro impacto da moeda MOR será avaliado a longo prazo, com potencial para replicação noutras comunidades.

PALAVRAS CHAVE: Moeda Local, Economia Local, Inovação Social.

ABSTRACT

In this article, we explore the impact of local currencies as a form of social innovation, highlighting their ability to revitalize local economies and strengthen community bonds. Our study focuses on the MOR currency from Montemor-o-Novo, analysing its characteristics and benefits for the community. The research adopts a qualitative approach, using document analysis and semi-structured interviews to understand how the currency promotes or hinders social transformation. Findings suggest that this local currency can raise awareness of sustainable consumption and contribute to local development. We also conclude that the true impact of the MOR local currency will be assessed in the long term, with potential for replication in other communities.

KEYWORDS: Local Currency, Local Economy, Social Innovation.

SUMÁRIO: 1. INTRODUÇÃO. 2. MOEDAS LOCAIS: CATALISADORAS DE INOVAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO? 2.1. A discussão em torno do conceito de inovação social. 2.2. O que são, e como funcionam, os sistemas de moeda local? 3. ABORDAGENS METODOLÓGICAS E ESTRATÉGIAS DE PESQUISA. 3.1 Métodos de recolha de dados. 3.2. Apresentação de resultados. 3.3. Discussão e análise dos resultados. 4. NOTAS CONCLUSIVAS E PISTAS DE REFLEXÃO PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES. 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

SUMMARY: 1. INTRODUCTION 2. LOCAL CURRENCIES: CATALYSTS FOR SOCIAL INNOVATION AND COMMUNITY DEVELOPMENT? 2.1. The discussion around the concept of social innovation. 2.2. What are local currency systems and how do they work? 3. METHODOLOGICAL APPROACHES AND RESEARCH STRATEGIES. 3.1 Data collection methods. 3.2. Presentation of results. 3.3. Discussion and analysis of results. 4. CONCLUDING REMARKS AND IDEAS FOR FUTURE RESEARCH. 5. BIBLIOGRAPHICAL REFERENCES.

I INTRODUÇÃO

Vivemos numa época em que os valores económicos, identificados por Parsons & Smelser¹ como o conjunto de valores que estão no topo de valores que regem a sociedade, imperam. Com efeito, os valores tipicamente associados à racionalidade económica, como a produção – também entendida como trabalho –, a realização, o sucesso, o lucro e a competição dominam, em detrimento de valores morais como a solidariedade e a cooperação. A primazia dos valores económicos e o recuo dos valores morais era já uma preocupação apresentada por Durkheim, e também Weber se pronunciou sobre a instrumentalização de valores morais para se atingir fins que não são morais, mas económicos¹. Também Polanyi² alertava para os efeitos destrutivos da racionalidade económica e, particularmente, para a secundarização das outras dimensões da realidade social, como a ambiental.

Numa sociedade dominada pelos valores económicos, multiplicam-se e agravam-se problemas sociais como a desigualdade, o uso de recursos naturais sem atender à capacidade de regeneração do planeta e da sobrevivência das espécies, bem como o aumento do desemprego e do subemprego. Face a estes desafios complexos, nem sempre as respostas ‘convencionais’ – como a inovação tecnológica e económica, ou até mesmo as próprias políticas de investimento público³

¹ FEVRE, R., *The New Sociology of Economic Behaviour*, London, Sage Publications, 2003.

² POLANY, K., *The Livelihood of Man*, New York, Academic Press, 1977.

³ JULIANI, D., *Inovação Social: Uma revisão sistemática de literatura [Simpósio], X Congresso Nacional de Excelência em Gestão*, Rio de Janeiro, 2014.

e as soluções provenientes do mercado⁴— demonstram ser as mais adequadas. O Estado tem demonstrado fraca capacidade de resposta face aos problemas sociais supramencionados e, por outro lado, tem apostado em políticas de investimento público que privilegiam o aumento da competitividade, relegando para segundo plano o desenvolvimento social⁵.

A inovação social (IS), por seu turno, apresenta-se como uma ferramenta valiosa para a resolução de desafios sociais, políticos, económicos e ambientais, quer a nível local, regional e/ou nacional, quer a nível global⁶. Consideradas uma forma de inovação social, as moedas locais são uma alternativa à moeda convencional, ou melhor, um complemento ao sistema monetário oficial. As suas características permitem responder a aspirações e necessidades, quer sejam a nível económico, ambiental, social e/ou ético, até então não atendidas pelas moedas oficiais⁷. Geralmente, criadas para estimular a economia local, intensificando a dinâmica social e mantendo os recursos da comunidade dentro de uma determinada região, contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva, sustentável e coesa. As moedas locais, devido às suas características diferenciadoras relativamente às moedas convencionais, apresentam diversas vantagens, contudo, o Estado Português e outros atores públicos, como os municípios, parecem ainda pouco permeáveis a estas iniciativas⁸, acabando estas moedas por vezes, por ficar aquém tanto no seu uso, como nas suas potencialidades.

Neste sentido, esta investigação, além de contribuir para o conhecimento e divulgação da realidade das moedas locais em Portugal, pretende avaliar as vantagens, para uma comunidade, da implementação de uma moeda local por parte de associações sem fins lucrativos e instituições particulares de solidariedade social (IPSS), reforçando o valor que este instrumento pode ter na sociedade. Outro objetivo do estudo é averiguar se a implementação de uma moeda local desencadeia, ou não, uma efetiva transformação social na comunidade e, existindo, compreender o seu alcance.

⁴ ADRO, F. D., & FERNANDES, C., “Social innovation: a systematic literature review and future agenda research”, *International Review on Public and Nonprofit Marketing*, 17(1) (2020), 23-40.

⁵ JULIANI, D., *Inovação Social: Uma revisão sistemática de literatura*, op. cit.

⁶ EICHLER, G. M., & SCHWARZ, E. J., “What sustainable development goals do social innovations address? A systematic review and content analysis of social innovation literature”, *Sustainability*, 11(2) (2019), p. 522.

⁷ MEYER, C. & HUDON, M., “Money and the Commons: An Investigation of Complementary Currencies and Their Ethical Implications”, *Journal of Business Ethics*, 160(1) (2019), p. 277-292.

⁸ SANTOS, L. L., “Broadening the economic imagery through European complementary currencies: Citizen-driven economic initiatives and community autonomy as key concepts”, in S. L. Coelho e G. Marcelo (Coords.), *Ética, Economia e Sociedade: Questões cruzadas*, Porto, Universidade Católica Editora, 2019, p. 343-364.

Para se atingirem os objetivos da investigação, elegemos como objeto de estudo a moeda local portuguesa do concelho de Montemor-o-Novo, o MOR. Situado na região do Alentejo Central, no distrito de Évora, o concelho beneficia de uma posição estratégica com acessos fáceis a cidades como Lisboa, Évora e Badajoz, e a sua malha rodoferroviária favorece o escoamento de produtos da região. Tendo em conta os dados obtidos pelo INE⁹, Montemor-o-Novo é a segunda cidade com mais habitantes do distrito de Évora (15 799 habitantes), apesar de, ao longo dos anos, ter vindo a perder densidade populacional.

É uma região marcada por uma paisagem rural, com fortes fatores identitários, como a riqueza cultural, paisagística e elementos naturais particulares e uma singular identidade cultural, nos saberes, nos modos de produção, nas crenças, entre outros, com uma vida cultural e associativa bastante dinâmica e intensa. Apesar da história recente da região do Alentejo revelar uma economia baseada predominantemente na agricultura, o sector primário do concelho de Montemor-o-Novo, ao longo dos anos, tem perdido peso para o sector terciário, ficando também abaixo do sector secundário. Porém, o sector primário continua a deter na região do Alentejo uma importância muito superior à média nacional¹⁰. Em Montemor-o-Novo, o padrão de especialização continua a ser marcado pela produção de produtos agroalimentares, como a produção, na maioria regional, de carne, azeite, vinho, cortiça e cereais. Os recursos locais, as condições climáticas da região, o *know-how* do tecido produtivo, o acesso a água através de infraestruturas, como barragens, permitem um ecossistema muito particular, constituído por florestas de sobreiros e azinheiras, pecuária extensiva e a produção de hortícolas, inclusive para a indústria¹¹.

Dado este contexto, o processo investigativo procedeu-se em torno de três questões de investigação. A primeira, pretende averiguar as vantagens efetivas que decorrem da implementação da moeda MOR no concelho de Montemor-o-Novo. De seguida, apura-se se houve uma transformação social em Montemor-o-Novo. E, por fim, existindo uma transformação social, averigua-se até que ponto a moeda MOR é responsável por ela. Assim, as questões desta investigação são as seguintes:

1. Quais as vantagens da implementação de uma moeda local por parte de organizações sem fins lucrativos e instituições de solidariedade social (IPSS)?

⁹ INE, *Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*, Lisboa, INE, 2021.

¹⁰ CIMAC, *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial: Alentejo Central 2020*, Alentejo, CIMAC, 2014.

¹¹ FERRO, M. I. T, *Sistema Alimentar de Proximidade e Economia Circular de Base Social: O caso de Montemor-o-Novo* [Tese de Mestrado], Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2020.

2. As moedas locais, como é o caso do MOR, têm um efeito transformador na comunidade na qual circulam? 2.1. Se essa transformação existir, como é que se processa?

2 MOEDAS LOCAIS: CATALISADORES DE INOVAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO?

2.1. A discussão em torno do conceito de inovação social

Ávila e Monzón¹² bem como Carvalho e Veríssimo¹³ consideram que a IS pode ter um contributo relevante para o desenvolvimento e sustentabilidade da economia, no que concerne ao seu papel de relevo nas dimensões social e ambiental, na capacidade de resiliência, capacidade de ação e conseqüente robustez de uma sociedade¹⁴.

Definir o conceito de IS é uma tarefa ambiciosa, dada a sua complexidade e ambigüidade¹⁵. Atualmente, existe um certo consenso no que concerne às dimensões que compõem este conceito¹⁶, embora a diversidade de definições e de perspetivas acerca do conceito de IS continue a ser ampla¹⁷, não existindo uma definição que seja consensualmente aceite por toda a comunidade científica¹⁸.

A maioria das definições de IS engloba características como i) caráter inovador relativamente a novas formas de produzir bens e prestar serviços ou reconfigurações de práticas sociais, ii) combater ou contribuir para mitigar necessidades sociais específicas a que o Estado ou o mercado não dão resposta, ou cuja resposta é insuficiente, iii) promover transformação social, iv) contribuir para o desenvolvimento de novas formas de cooperação entre diferentes sectores da sociedade; v)

¹² ÁVILA, R. C. & MONZÓN, J. L., “Best practices in public policies regarding the European Social Economy post the economic crisis”, *CIRIEC International*, 2018.

¹³ CARVALHO, L. C., & VERÍSSIMO, P., “Do Empreendedorismo Social À Responsabilidade Social Corporativa: Um estudo de caso”, *Holos*, 7 (2018), p. 59-76.

¹⁴ MULGAN, G., TUCKER, S., ALI, R., & SANDERS, B., *Social Innovation: What it is, Why it matters and How it can be accelerated*, Oxford, The Young Foundation, 2007.

¹⁵ NEUMEIER, S., “Why do Social Innovations in Rural Development Matter and Should They be Considered More Seriously in Rural Development Research? – Proposal for a Stronger Focus on Social Innovations in Rural Development Research”, *Sociologia Ruralis*, 52(1) (2012), p. 48-69.

¹⁶ PINTO, H., NOGUEIRA, C., GUERREIRO, J. A., & SAMPAIO, F., “Social Innovation and the Role of the State: Learning from the Portuguese Experience on Multi-Level Interactions”, *World*, 2(1) (2021), p. 62-80.

¹⁷ EDWARDS-SCHACHTER, M., & WALLACE, M. L., “‘Shaken, but not stirred’: Sixty years of defining social innovation”, *Technological Forecasting and Social Change*, 119 (2017), p. 64-79.

¹⁸ NOVAK, M., “Social innovation and Austrian economics: Exploring the gains from intellectual trade”, *The Review of Austrian Economics*, 34(1) (2020), p. 129-147.

o principal objetivo destas iniciativas é a criação de riqueza social, e não a busca de lucro; vi) o valor criado destina-se a favorecer da sociedade como um todo, e não a beneficiar indivíduos em particular¹⁹.

A inovação social pode ocorrer sob diversas formas, tais como instrumentos para a criação de melhores políticas públicas, formas de interação social e cooperação, modelos organizacionais, novos métodos, processos, regulações e padrões culturais²⁰. As iniciativas de IS existem tanto no setor público como no setor privado, inclusive, em organizações com fins lucrativos²¹, e ainda, podem ser desenvolvidas por cidadãos, organizações – com ou sem fins lucrativos -, autoridades públicas e/ou atores políticos²².

Em suma, podemos afirmar que “as inovações sociais são inovações que são sociais tanto nos seus fins quanto nos seus meios”²³ e que existe uma panóplia de formas de IS para os mais diversos propósitos sociais. As moedas locais representam, na nossa perspetiva, uma forma de IS.

2.2. O que são, e como funcionam, os sistemas de moeda local?

As moedas locais são moedas que circulam dentro de uma determinada região, dinamizam as trocas comerciais ao nível local e são utilizadas em circuitos de troca curtos. As primeiras experiências conhecidas com estas moedas datam de 1930, associadas aos efeitos da Grande Depressão, período histórico-económico durante o qual, nos EUA, várias cidades pagaram aos trabalhadores municipais com uma moeda local²⁴. Entre as suas características mais distintivas, encontram-se as seguintes:

1. Não se procede à sua acumulação, mas sim à sua circulação, contrariando, assim, a lógica capitalista de acumulação de capital e obtenção de lucro. A moeda *Lixo*, uma moeda local portuguesa criada pela Junta de Freguesia

¹⁹ FARZAD, F. S., YASHAR, S., AMRAN, A. B. & HAFEZALKOTOB, A., “Social Innovation: Towards A Better Life After Covid-19: What To Concentrate On”, *Journal of Entrepreneurship, Business and Economics*, 8(1) (2020), p. 89-120.

²⁰ GROOT, A., & DANKBAAR, B., “Does Social Innovation Require Social Entrepreneurship?”, *Technology Innovation Management Review*, 4(12) (2014), p. 17-26.

²¹ PHILLIPS, W., LEE, H., GHOBADIAN, A., O’REGAN, N., & JAMES, P., “Social Innovation and Social Entrepreneurship: A Systematic Review”, *Group & Organization Management*, 40(3) (2015), p. 428-461.

²² HOWALDT, J., KALETKA, C., & SCHRODER, A., A Research Agenda for Social Innovation: the emergence of a research field. In Howaldt, J., Kaletka, C., & Schröder, A. (Eds.), *A Research Agenda for Social Innovation*, Edward Elgar Publishing, 2021, p. 1-17.

²³ EUROPEAN COMMISSION, *Guide to social innovation*, Publications Office of the European Union, 2013.

²⁴ PEACOCK, M. S., “Complementary currencies: history, theory, prospects”, *Local Economy*, 29(6-7) (2014).

de Campolide, na cidade de Lisboa, incentivava os comerciantes que recebiam a moeda local a usarem-na nas suas próprias compras, mantendo a moeda em circulação na freguesia, é disso exemplo;

2. As moedas locais promovem a cooperação e o fortalecimento de redes de relações sociais, coexistindo num sistema económico no qual se mantém a moeda convencional;
3. Podem desempenhar um papel importante no combate ao enfraquecimento das economias locais e dos laços comunitários;
4. Contribuem para solucionar problemas de acesso a bens essenciais que permitem suprimir necessidades básicas, como é o caso do *Santo António*, moeda local desenhada pela Junta de Freguesia de Santo António, em Lisboa, com o fito de ser usada na Mercearia Social Valor Humano. Nesta mercearia social, os beneficiários de apoio social daquela junta de freguesia podem adquirir produtos alimentares, brinquedos e produtos de higiene, pagando com *Santo António*.
5. As moedas locais também contribuem para a auto-suficiência e o auto-aprovisionamento das comunidades locais, reduzindo a dependência de alimentos importados e a poluição ambiental decorrente do transporte desses bens. Exemplo disso é a moeda local *Tear*, oriunda da cidade da Covilhã, criada pela cooperativa Coolabora, que organiza o mercado de trocas “Troca a Tod@s”, no qual se comercializam produtos locais e esta moeda circula.
6. As moedas locais possibilitam o estabelecimento de contactos mais pessoais e, igualmente, restituir a reciprocidade às relações económicas. Um exemplo é a moeda local *Comunitas*, criada no Fundão: a Mercearia *Comunitas* emprega jovens em situação de exclusão social, que asseguram o funcionamento desta mercearia.²⁵

Deste modo, podemos concluir que as moedas locais encerram em si um potencial de inovação social, dado que estimulam o comércio local e a economia local e, por via de os comerciantes poderem trocar a moeda entre si, estabelecem (ou reforçam, caso previamente existam) laços de confiança e de solidariedade entre eles.

Em Portugal, as moedas locais são escassas e a sua durabilidade e taxa de sobrevivência são frágeis. Muitas das experiências com moeda local, neste país, são de curta duração, o que indicia que estas moedas podem representar, de alguma forma, uma moda passageira. Não obstante, devemos realçar que, em Portugal, as moedas locais nem sempre estão integradas em projetos duradouros e amplos que as enquadrem e isso pode representar um óbice à sua própria sustentabilidade e

²⁵ https://www.deforafora.com/leia/?selected_theme=desenvolvimento-economico

durabilidade. A curta duração destas moedas parece também sugerir que as motivações morais dos indivíduos para aderir às iniciativas de moeda local não são suficientemente fortes para que perdurem no tempo.

A utilização de uma moeda local possibilita que a economia se relocalize, que os indivíduos estabeleçam relações de confiança e de parceria entre si, que apoiem a produção e os produtores locais, bem como o consumo de produtos produzidos localmente. Além de revitalizar a economia, as moedas locais também contribuem para a proteção do meio ambiente, dado que, consumindo o que se produz no local, reduz-se a quantidade de emissão de gases nocivos para a atmosfera decorrente dos processos de transporte de bens e mercadorias. Em tempos de pós-pandemia, as moedas locais robustecem a sua função de reforçar laços sociais e de fortalecer a solidariedade dentro de uma comunidade. Parece-nos também plausível asseverar que as moedas locais preconizam o significado substantivo da economia enunciado por Polanyi, na medida em que as suas atividades aproximam as pessoas e tentam encontrar soluções para os problemas das comunidades locais, enquanto sensibilizam os consumidores, encorajando-os a comprar produtos locais. Deste modo, as moedas locais evidenciam não só o seu potencial de inovação, como promovem a sustentabilidade económica e ambiental e para que se cumpram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), mais especificamente, os ODS11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis e ODS12 – Produção e Consumo Sustentáveis.

Em períodos de crises financeiras e humanitárias, a confiança nos sistemas monetários convencionais sofre abalos e é assim justificável que seja nestas épocas que os sistemas monetários alternativos como as moedas locais, créditos comunitários e sistemas financeiros alternativos²⁶ surjam com maior frequência. Os sistemas monetários convencionais estimulam o debate em torno da ontologia do dinheiro e das suas funções, assim como questionam o papel que deveriam desempenhar no que concerne ao seu serviço para o Bem Comum²⁷. Com efeito, surgem incertezas e receios sobre o ‘bom’ funcionamento do sistema monetário convencional, uma vez que este sistema não promove práticas *ecofriendly* nem benéficas para a sociedade²⁸. O sistema monetário convencional proporciona que o capital se concentre em locais lucrativamente mais vantajosos, como é o caso

²⁶ BAZZANI, G., The Sardex Experience. In A. Maurer & U. Schimank (Eds.), *When Money Changes Society: The case of Sardex money as community*, 2020, p.1-7.

²⁷ MEYER, C. & HUDON, M., “Money and the Commons: An Investigation of Complementary Currencies and Their Ethical Implications”, op. cit. p. 277-292.

²⁸ STAMM, C. “Understanding the recent dynamics of local currency initiatives in Switzerland”, *International Journal of Community Currency Research*, 25(2) (2021), p. 63-76.

das contas em paraísos fiscais²⁹, e, assim, exclui e expõe, ainda mais, as camadas populacionais mais frágeis da sociedade.

Lietaer e Dunne³⁰ defendem que, enquanto o processo de criação de moeda convencional for um monopólio do sistema bancário, monitorizado pelo banco central, a escassez e as necessidades sociais por satisfazer permanecerão, dado que a moeda convencional é gerada por meio de uma dívida bancária que, por sua vez, implica o pagamento de juros. Deste modo, a moeda convencional que é posse de um indivíduo ou entidade é a dívida contraída por outro indivíduo ou entidade. Este fenómeno possibilita e fomenta um permanente estado de competição e de ânsia de acumulação de mais moeda, ao invés de proporcionar práticas de cooperação e interajuda, aumentando, assim, as disparidades sociais e económicas, o consumo desmedido e ambientalmente insustentável que, por seu turno, conduz a uma exploração excessiva de recursos naturais – renováveis e não renováveis - e, por conseguinte, à degradação do meio ambiente.

De acordo com os mesmos autores, quando não existem alternativas à moeda convencional, o planeamento a curto prazo e as práticas comerciais agressivas são a opção comumente mais escolhida, por ser a mais lucrativa. Por seu turno, as moedas locais regem-se por valores não económicos, como a promoção da igualdade, da justiça social, reciprocidade e a cooperação, assim como fomentar um desenvolvimento mais sustentável. Também conhecidas por moedas comunitárias, sociais, complementares e cooperativas³¹, estas moedas têm sido criadas, nas últimas décadas, como uma ferramenta inovadora que permite dar resposta necessidades concretas, quer sejam a nível económico, ambiental, social e/ou ético, até então não satisfeitas pelas moedas convencionais³².

Ao contrário de outras iniciativas, cujo principal objetivo é a obtenção de lucro, as moedas locais têm como força motriz satisfazer necessidades sociais, pelo que as consideramos como um meio de transformação social e de IS que privilegia a dimensão social à dimensão económica. Neste caso, a inovação reside na criação de uma alternativa ao sistema monetário oficial, que democratiza e descentraliza a emissão e a gestão monetária da moeda a nível local³³. As moedas locais reforçam

²⁹ GUIMARÃES, I., COELHO, S. L. & SOARES, C., Portuguese Local Currencies: The Recent Cases of Fundão and Covilhã. In S. L. Coelho & G. Marcelo (Eds.), *Ética, Economia e Sociedade: Questões cruzadas*, Lisboa, Universidade Católica Editora., 2019, p. 324-342.

³⁰ LIETAER, B. & DUNNE, J., *Rethinking Money: How New Currencies Turn Scarcity Into Prosperity*, Sam Francisco, Berrett-Koehler Publishers, 2013.

³¹ AMATO, M. & FANTACCI, L., Complementary Currencies. In Battilossi, S., Cassis, Y. & Yago, K. (Eds.), *Handbook of the History of Money and Currency*, Wiesbaden, Springer, 2019, p. 501-522.

³² MEYER, C. & HUDON, M., “Money and the Commons: An Investigation of Complementary Currencies and Their Ethical Implications”, op. cit. p. 277-292.

³³ AMATO, M. & FANTACCI, L., Complementary Currencies. In Battilossi, S., Cassis, Y. & Yago, K. (Eds.), *Handbook of the History of Money and Currency*, op. cit. p. 501-522.

a possibilidade de se criarem novas relações sociais, além das relações sociais capitalistas já estabelecidas.

O impacto das moedas locais é limitado³⁴, na medida em que estas moedas, por norma, são criadas para estimular a economia local, intensificando a dinâmica social e mantendo os recursos da comunidade dentro de uma determinada região. As moedas locais estão presentes em todos os continentes, inclusive, muitos países abrangem-nas nas suas políticas públicas de financiamento³⁵, obtendo-se, assim, um maior alcance e firmando-se o compromisso de uma sociedade mais inclusiva, sustentável e coesa. Geralmente, estas iniciativas têm, também, uma duração limitada, em parte, porque muitas pessoas aderem a estas moedas com o intuito de obter vantagens económicas, algo que nem sempre acontece, e tampouco é um objetivo da implementação de moedas locais³⁶, o que leva a crer que a implementação de uma moeda local implica abertura a outras formas de organização da vida material³⁷.

Dada a sua diversidade, as moedas locais podem ser operacionalizadas sob a forma de livre circulação de dinheiro, sistema de débito e de crédito e banco de tempo³⁸. A livre circulação de dinheiro funciona de forma idêntica à moeda convencional, com as moedas a circularem livremente entre cidadãos e estabelecimentos comerciais aderentes a este sistema monetário. Já no sistema de débito e de crédito, o indivíduo troca um bem ou serviço que pretenda adquirir por outro que o mesmo possa fornecer ou dar em troca. O banco de tempo, como o próprio nome indica, significa que as trocas são feitas usando o tempo como moeda de troca³⁹.

Tendo em conta esta classificação, consideramos que a livre circulação de dinheiro é o sistema que melhor descreve a moeda MOR, a moeda alvo deste estudo, pois esta é uma moeda local cujo valor monetário se equipara ao euro, permitindo a comercialização de bens e serviços no concelho de Montemor-o-Novo. Esta

³⁴ STAMM, C., “Understanding the recent dynamics of local currency initiatives in Switzerland”, *International Journal of Community Currency Research*, 25(2) (2021), p. 63-76.

³⁵ SANTOS, L. L. & SILVA, B. C., “Mercados de trocas e moedas sociais em Portugal continental: os desafios de uma cultura de emancipação social”, *Otra Economía*, 8(15) (2014), p. 211-229.

³⁶ EVANS, M. S., “Zelizer’s theory of money and the case of local currencies”, *Environment and Planning*, 49(5) (2019), p. 1026-1041.

³⁷ GARCÍA-CORRAL, F. J., de PABLO-VALENCIANO, J., MILÁN-GARCÍA, J. & CORDERO-GARCÍA, J. A., “Complementary currencies: An analysis of the creation process based on sustainable local development principles”, *Sustainability*, 12(14) (2010), p. 5672.

³⁸ COELHO, S. L., “E pudesse eu pagar de outra forma: O uso de uma moeda local como instrumento mobilizador de práticas de reciclagem e de dinamização do comércio local em Campolide”, *Análise Social*, (4) (2019), p. 760-781.

³⁹ COELHO, S. L., “E pudesse eu pagar de outra forma: O uso de uma moeda local como instrumento mobilizador de práticas de reciclagem e de dinamização do comércio local em Campolide”, op. cit. p. 760-781.

moeda foi criada pela A.Mor, uma associação sem fins lucrativos, com o intuito de dinamizar a economia local, sensibilizar para a priorização do comércio local, criar e reter riqueza e fixar a população no concelho.

As moedas locais podem ser concebidas e desenvolvidas por cidadãos, empresas privadas, organizações sem fins lucrativos e estruturas do poder público local⁴⁰. Para funcionarem, estas moedas dependem da confiança mútua e reciprocidade entre os aderentes à moeda⁴¹ e são criadas para facilitar e fomentar transações de bens e serviços. Não são instrumentos de poupança nem são instrumentos de investimento. São, única e exclusivamente, um meio de troca⁴².

O sistema de moeda local é um sistema que não pretende substituir o sistema de moeda convencional: pelo contrário, a sua intenção é complementá-lo, colmatando, assim, algumas das suas lacunas⁴³. Deste modo, a função reserva de valor é desempenhada apenas pela moeda oficial. Não sendo esta função característica das moedas locais e, portanto, estando isenta de qualquer especulação, os utilizadores não têm nenhuma vantagem na sua acumulação, o que, por sua vez, favorece a circulação da moeda. Acresce que o facto de a circulação das moedas locais estar circunscrita a uma determinada zona geográfica impede a fuga de capitais e de outros recursos, o que permite conservar a riqueza produzida dentro dessa zona⁴⁴. A utilização combinada dos recursos existentes numa área, em vez de os importar, permite a dinamização, promoção e fortalecimento do comércio e desenvolvimento local, revitalizando-se o sentido de comunidade e construindo-se uma economia mais solidária, equitativa e cooperativa⁴⁵.

Relativamente à emissão e aplicação das moedas locais, ambas são controladas localmente, e os processos de decisão e gestão podem ser coletivos, isto é, levados a cabo ou influenciados pelos próprios utilizadores/participantes destas iniciativas. Desta forma, é devolvido algum poder à comunidade, permitindo uma

⁴⁰ MEYER, C. & HUDON, M., “Money and the Commons: An Investigation of Complementary Currencies and Their Ethical Implications”, op. cit. p. 277-292.

⁴¹ SANTOS, L. L. & SILVA, B. C., “Mercados de trocas e moedas sociais em Portugal continental: os desafios de uma cultura de emancipação social”, op. cit. p. 211-229.

⁴² LIETAER, B. & DUNNE, J., *Rethinking Money: How New Currencies Turn Scarcity Into Prosperity*, Sam Francisco, Berrett-Koehler Publishers, 2013.

⁴³ BAZZANI, G., The Sardex Experience. In A. Maurer & U. Schimank (Eds.), *When Money Changes Society: The case of Sardex money as community*, Wiesbaden, Springer, 2020, p.1-7.

⁴⁴ GARCÍA-CORRAL, F. J., de PABLO-VALENCIANO, J., MILÁN-GARCÍA, J. & CORDERO-GARCÍA, J. A., “Complementary currencies: An analysis of the creation process based on sustainable local development principles”, op. cit. p. 5672.

⁴⁵ MEYER, C. & HUDON, M., “Money and the Commons: An Investigation of Complementary Currencies and Their Ethical Implications”, op. cit. p. 277-292.

autonomia simbólica no que concerne à economia local⁴⁶. Segundo Santos⁴⁷, incluir os cidadãos na gestão destas iniciativas incentiva-os a envolverem-se em questões de interesse público, levando a uma maior participação da comunidade na identificação de problemas e na procura por soluções, revelando-se, assim, um meio de incentivo à participação cívica.

Além disso, as moedas locais permitem que os consumidores aumentem a sua capacidade de consumo, desenvolvam novas competências e vínculos sociais, constituindo um novo meio de realização pessoal e capacitando-os económica e socialmente, através da consideração de competências e saberes que não são valorizados no mercado de trabalho⁴⁸, concedendo-lhes uma verdadeira oportunidade de lutar pelos seus direitos e suprir as suas necessidades. Acresce que as moedas locais, além de promoverem o desenvolvimento local e sustentável, proporcionam benefícios sociais coletivos, reduzem desigualdades e fortalecem as comunidades mais frágeis, fomentando relações de intimidade e confiança e construindo uma rede de apoio mútuo entre os cidadãos⁴⁹. Concomitantemente, criam uma economia mais resiliente baseada na solidariedade, colaboração e entreajuda.

Segundo as ideias, teorias e estudos dos autores Amato e Fantacci⁵⁰, García-Corral et al.⁵¹, Meyer e Hudon⁵², Santos⁵³ e Santos e Silva⁵⁴, as moedas locais apresentam diversas vantagens, contudo, o Estado Português e outros atores públicos,

⁴⁶ AMATO, M. & FANTACCI, L., Complementary Currencies. In Battilossi, S., Cassis, Y. & Yago, K. (Eds.), *Handbook of the History of Money and Currency*, op. cit. p. 501-522.

⁴⁷ SANTOS, L. L., Broadening the economic imagery through European complementary currencies: Citizen-driven economic initiatives and community autonomy as key concepts. In S. L. Coelho e G. Marcelo (Coords.), *Ética, Economia e Sociedade: Questões cruzadas*, Porto, Universidade Católica Editora, 2019, p. 343-364.

⁴⁸ SANTOS, L. L. & SILVA, B. C., “Mercados de trocas e moedas sociais em Portugal continental: os desafios de uma cultura de emancipação social”, op. cit. p. 211-229.

⁴⁹ GARCÍA-CORRAL, F. J., de PABLO-VALENCIANO, J., MILÁN-GARCÍA, J. & CORDERO-GARCÍA, J. A., “Complementary currencies: An analysis of the creation process based on sustainable local development principles”, op. cit. p. 5672.

⁵⁰ AMATO, M. & FANTACCI, L., Complementary Currencies. In Battilossi, S., Cassis, Y. & Yago, K. (Eds.), *Handbook of the History of Money and Currency*, op. cit. p. 501-522.

⁵¹ GARCÍA-CORRAL, F. J., de PABLO-VALENCIANO, J., MILÁN-GARCÍA, J. & CORDERO-GARCÍA, J. A., “Complementary currencies: An analysis of the creation process based on sustainable local development principles”, op. cit. p. 5672.

⁵² MEYER, C. & HUDON, M., “Money and the Commons: An Investigation of Complementary Currencies and Their Ethical Implications”, op. cit. p. 277-292.

⁵³ SANTOS, L. L., Broadening the economic imagery through European complementary currencies: Citizen-driven economic initiatives and community autonomy as key concepts. In S. L. Coelho e G. Marcelo (Coords.), *Ética, Economia e Sociedade: Questões cruzadas*, Porto, Universidade Católica Editora, 2019, p. 343-364.

⁵⁴ SANTOS, L. L. & SILVA, B. C., “Mercados de trocas e moedas sociais em Portugal continental: os desafios de uma cultura de emancipação social”, op. cit. p. 211-229.

como os municípios, parecem ainda pouco atentos a estas iniciativas⁵⁵ acabando estas moedas, por vezes, por se extinguirem, por ausência de reconhecimento da sua importância e incentivos à sua promoção. No âmbito desta problemática, surge a seguinte questão: quais são as vantagens da implementação de uma moeda local por parte das associações sem fins lucrativos e das instituições particulares de solidariedade social (IPSS), em particular, no caso da moeda MOR, de Montemor-o-Novo?

Uma outra questão que nos suscitou curiosidade científica foi a seguinte: qual será o alcance da moeda local MOR, enquanto potencial modelo de transformação e de inovação social? Por outro lado, admitindo que essa transformação existe, como é que se manifesta na comunidade na qual circula? Para encontrar resposta para estas questões, encetamos um conjunto de procedimentos metodológicos que apresentaremos na secção seguinte.

3 ABORDAGENS METODOLÓGICAS E ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

O exercício que nos propomos desenvolver neste artigo é o de, em primeiro lugar, destacar o potencial das moedas locais como complementares às moedas tradicionais, evidenciando a sua importância social e económica, identificando as suas principais características e benefícios. Em segundo lugar, compreender como a introdução de uma moeda local pode promover a transformação e a inovação social, além de analisar os efeitos dessa transformação na comunidade. A investigação assenta numa abordagem de pesquisa qualitativa, de cariz exploratório, assumindo como estratégia de investigação um estudo de caso específico da moeda local de Montemor-o-Novo, o MOR, utilizando instrumentos de recolha de informação como a análise documental e a entrevista. Este estudo é pioneiro na análise dessa moeda, oferecendo uma nova perspectiva sobre a sua relevância social, numa fase em que também passou a ter uma componente digital. A ausência de controlo sobre o fenómeno bem como a natureza das questões levantadas premeiam uma abordagem que possibilite dar conta de um fenómeno contemporâneo complexo, em contexto natural, e pouco investigado⁵⁶ no contexto português.

3.1 Métodos de recolha de dados

Numa etapa inicial da pesquisa, procedemos à recolha de informações do site oficial do projeto e de documentos produzidos e fornecidos pela associação responsável pela moeda MOR. Analisamos, igualmente, a história da criação desta

⁵⁵ SANTOS, L. L., Broadening the economic imagery through European complementary currencies: Citizen-driven economic initiatives and community autonomy as key concepts. In S. L. Coelho e G. Marcelo (Coords.), *Ética, Economia e Sociedade: Questões cruzadas*, Porto, Universidade Católica Editora, 2019, p. 343-364.

⁵⁶ YIN, R., *Case Study Research: Design and Methods*. Sage, Thousand Oaks, 2009.

moeda, a sua evolução e do regulamento que a rege. A análise documental ofereceu uma visão preliminar sobre a moeda MOR e, a partir daí, definimos duas outras técnicas de recolha de informação: a observação direta e a entrevista semiestruturada, com o objetivo de responder às questões que motivaram a pesquisa. No que concerne à observação direta, visitou-se o terreno no dia 18 de fevereiro de 2023. Esta visita possibilitou aferir o *modus operandi* dos diferentes estabelecimentos comerciais que aderiram à moeda MOR e compreender como se processa o pagamento de compras e serviços com esta moeda. A recolha dos dados orientou-se por duas grelhas de observação previamente definidas, e que contemplavam critérios como o ramo de atividade dos utilizadores profissionais, serviços prestados, produtos vendidos, dimensão dos espaços comerciais, condições gerais do espaço, instrumentos e equipamentos de trabalho existentes no local, existência de condições que favorecem, ou não, a convivência (local de encontro /local de pouca permanência), visibilidade do sinal de estabelecimento aderente da moeda MOR, afluência de consumidores ao espaço, processo de pagamento com MOR (dispositivos técnicos necessários, velocidade do processo ou explicação sobre o MOR a quem desconhece esta moeda. No que respeita aos utilizadores, observou-se, principalmente, o processo de pagamento com a moeda local.

Selecionamos a entrevista semiestruturada, pois esta direciona a discussão para os temas centrais da investigação, mantendo, simultaneamente, a flexibilidade necessária para ajustar as perguntas ou a sua ordem, conforme a conversa se desenvolve, resultando numa interação mais fluída e respostas mais espontâneas e naturais⁵⁷. Além disso, permite adaptar as perguntas ao entrevistado e ao seu contexto específico. A amostra incluiu tanto utilizadores particulares como profissionais, escolhidos de forma aleatória, consoante a sua disponibilidade para participar neste estudo, no dia em que visitámos o terreno. Este procedimento proporcionou uma visão diversificada, embora não representativa, dos utilizadores sobre a moeda MOR, e permitiu uma análise detalhada do papel desta moeda no Município, nomeadamente, as vantagens da sua utilização e o seu potencial como agente de transformação e de inovação social.

3.2 Apresentação de resultados

A análise documental realizada permitiu identificar que a ideia de implementar uma moeda local em Montemor-o-Novo surgiu da Rede de Cidadania, uma iniciativa informal de cidadãos dedicada a promover ações locais nas esferas económica, social, cultural e ambiental⁵⁸. Iniciada em 2011 como talão-oferta, que funcionava como um vale de compras com valor equivalente em euros, poste-

⁵⁷ BONI, V., & QUARESMA, S. J., “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais”, *Em Tese*, 2(3) (2005), 68-80.

⁵⁸ MOEDAMOR, *A moeda local de Montemor-o-Novo*, 2020.

riormente, deu lugar a uma moeda em papel, em 2013. O MOR evoluiu para a sua forma digital em 2018, através da A.Mor, Associação para a Moeda Local de Montemor-o-Novo. O lançamento oficial da versão digital ocorreu apenas em setembro de 2022, devido ao contexto pandémico, embora tenha operado como projeto piloto até essa data⁵⁹.

Atualmente, o MOR é uma moeda digital que circula exclusivamente no concelho de Montemor-o-Novo, sem custos de conversão ou adesão, e é administrada pela A.Mor. O propósito do uso do MOR consiste em estimular a economia local, criar e reter riqueza, fixar a população na região, promover o desenvolvimento integrado do concelho e incentivar o comércio local. Para aderir ao MOR, é necessário preencher um formulário de adesão e enviá-lo por e-mail para a associação. Os estabelecimentos comerciais que aceitam a moeda MOR são identificados com um selo específico ou estão listados no site e na aplicação móvel da moeda. Enquanto os utilizadores profissionais recebem o MOR como forma de pagamento, os utilizadores particulares precisam de adquiri-lo, primeiro, através de uma transferência bancária em euros para a conta da A.Mor, com a correspondência exata de euros para MOR, garantindo, assim, que a cada MOR emitido corresponde 1€ em reserva. A troca de MOR por euros não é permitida para utilizadores particulares, incentivando a circulação da moeda, mas é permitida para utilizadores profissionais, para facilitar a sua adesão.

No que concerne aos resultados obtidos nas entrevistas semiestruturadas, constatámos que esta iniciativa contava, à altura da pesquisa, com a participação de 64 utilizadores particulares e 38 utilizadores profissionais. No âmbito da realização desta pesquisa foram entrevistadas 8 utilizadoras, conforme a Tabela 1, e um representante dos órgãos sociais da A.Mor.

Tabela 1: Caracterização dos entrevistados

Nome fictício	Idade	Género	Habilitações Literárias	Tipo de utilizador
Ana	37	Feminino	Licenciatura	Profissional
Bruna	44	Feminino	Secundário	Profissional
Carla	43	Feminino	Bacharelato	Profissional
Diana	40	Feminino	Mestrado	Profissional
Eva	26	Feminino	Mestrado	Particular
Filipa	49	Feminino	Licenciatura	Particular
Graça	60	Feminino	Doutoramento	Particular
Helena	61	Feminino	Licenciatura	Particular

Fonte: Elaboração própria

⁵⁹ MOEDAMOR, *A moeda local de Montemor-o-Novo*, op.cit.

Após a realização das entrevistas e respetivas transcrições, procedeu-se à sua análise, de forma a compreender e interpretar o conteúdo dos discursos dos entrevistados. A análise assentou, numa primeira fase, na organização dos dados, divisão e observação de palavras ou termos repetidos. Numa segunda fase, e conforme explicitado por Bardin⁶⁰, a análise de conteúdo possibilitou a categorização e codificação dos dados relevantes, através de um sistema de categorias que reflete as ideias-chave presentes nas transcrições, em alinhamento com o enquadramento teórico previamente definido. Este método sistemático e objetivo permitiu uma análise interpretativa dos discursos dos entrevistados, considerando o contexto de produção das mensagens⁶¹, o que facilitou interpretações e inferências.

3.3 Discussão e análise dos resultados

Globalmente, enquanto alguns veem o MOR como uma oportunidade promissora para fortalecer a economia local e promover a atividade económica, outros realçam os desafios substanciais na persuasão e na ampliação da adesão. Três das entrevistadas concordam que a moeda incentiva os usuários a comprar localmente, contribuindo, assim, para a economia local. As defensoras do MOR, como a representante dos órgãos sociais da A.Mor, enfatizam sua missão fundamental de promover a economia local, destacando-o como um meio para fomentar o comércio dentro da comunidade de Montemor. Uma das profissionais entrevistadas concorda, observando que o MOR estimula o comércio dentro do território, o que beneficia significativamente os pequenos negócios locais. Essas percepções corroboram a visão de Coelho⁶² sobre o fortalecimento da economia local como uma função amplamente reconhecida das moedas locais. Desta forma, destacam-se alguns relatos que versam sobre esta questão:

“O papel da moeda aqui acaba por ser bem interessante. Acaba por fazer com que nós façamos mais compras dentro do território de Montemor. Como há certas lojas que têm, a minha escolha teve muito a ver com se tinham o MOR ou não, porque eu tinha alguns MOR’s para gastar. [...] O importante é gerar uma economia local, ou seja, que as pessoas comprem entre elas. Temos ali a loja Cá da Terra, eles vendem-me a carne que eu utilizo aqui no restaurante e muitas vezes pago com MOR’s. Na minga, também, já aconteceu precisar de algumas coisas, como farinha de bolota e também pago com MOR’s. Nos sítios onde há MOR’s eu tento utilizar a moeda.” (Carla, utilizadora profissional)

⁶⁰ BARDIN, L., *Análise de Conteúdo*. São Paulo, Edições 70, 2011.

⁶¹ AMADO, J., *Manual de investigação qualitativa em educação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

⁶² COELHO, S. L., “Moedas Locais: reflexões sobre três casos em Portugal”, *Journal of Studies in Citizenship and Sustainability*, 4, 2019.

“Acho que tem um papel no contexto do desenvolvimento local, da economia local. Acho que é um instrumento para conseguir reter aqui alguns recursos no território, sendo que acho importante, pois este é um território um bocadinho mais interior, onde não há tantas oportunidades para as pessoas no geral e para os negócios pequenos acho que é uma coisa que é interessante.” (Diana, utilizadora profissional)

De acordo com Stamm⁶³, as moedas locais são frequentemente concebidas para impulsionar a economia local, promover interações sociais mais intensas e reter os recursos dentro da própria comunidade. A visão apresentada pela entrevistada em relação à moeda MOR está alinhada com os princípios que Stamm⁶⁴ identifica como sendo fundamentais para as moedas locais.

“Temos mais movimento, temos mais compras em MOR, é uma dinâmica. É criar uma nova dinâmica. (...) conseguimos ver dos 5800 e tal MOR's emitidos, em termos de volume de negócios já triplicou. (...) Isso também é uma das vantagens das moedas locais, ela não sai, portanto quando ela circula em termos de volume é muito mais do que a moeda que está a circular ou a moeda emitida.” (Representante dos órgãos sociais da A.Mor)

Conforme Lietaer e Hallsmith⁶⁵ sustentam, as moedas locais têm o propósito de direcionar a riqueza gerada localmente para benefício da própria comunidade, em contraste com o favorecimento de empresas externas. Este processo visa fortalecer a economia local e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento económico dentro da região. Estes factos são também abordados por algumas das entrevistadas que denotam um uso particular do MOR no seu quotidiano.

“(…) o principal papel do MOR na comunidade é o desenvolvimento local (…) as pessoas ao estarem a aderir ao MOR, consomem localmente (…) é muito mais interessante do que (…) irem fora do concelho comprar (…)” (Filipa, utilizadora particular)

⁶³ STAMM, C., “Understanding the recent dynamics of local currency initiatives in Switzerland”, *International Journal of Community Currency Research*, 25(2) (2021), p. 63-76.

⁶⁴ STAM “ Understanding the recent dynamics of local currency initiatives in Switzerland”, op.cit. páx. 63-76.

⁶⁵ LIETAER, B. & HALLSMITH, G., *Community currency guide. Global Community Initiatives*, 2006.

“(...) pôr em marcha algumas iniciativas que contribuíssem para a sustentabilidade à escala local (...). (...) quando a gente usa a moeda local tem a certeza (...) que aquela riqueza vai ser investida localmente, de novo.” (Graça, utilizadora particular)

Não obstante, a morosa adesão da maioria da população à moeda MOR e as dificuldades em angariar novos utilizadores foram destacadas por diversas entrevistadas. Segundo a representante da A.Mor, a promoção da moeda enfrenta obstáculos diversos. Esta entrevistada enfatiza a importância de sensibilizar as pessoas para esta realidade, destacando a necessidade de uma comunidade mais ativa e consciente em relação às suas escolhas de consumo para apoiar o comércio local. Apesar dos benefícios coletivos que a moeda MOR oferece, como incentivo ao comércio local e promoção da economia local, estes não têm sido suficientes para atrair uma adesão significativa da população. Tal espelha a análise desenvolvida por Evans⁶⁶ sobre moedas locais, na qual defende que as motivações morais podem não ser o bastante para a sua aceitação generalizada.

“Sim, os objetivos da associação, para além de fazer funcionar a moeda, que já requer imenso trabalho, é também consciencializar as pessoas de que a economia nos diz respeito e que a economia local é algo que toda a gente pode intervir. [...] Para mim, é um papel de consciencialização de que as nossas atitudes têm influência no que acontece aqui no concelho. [...] Nós temos uma hamburgueria que é o Feito ao Gosto, que ainda não entrou na moeda. Mas temos uma hamburgueria, portanto não vou ao Burger King. [...] Enquanto aqui, quando faço funcionar um comércio e um trabalhador de cá, a maioria do capital também fica cá. Portanto, a ideia é esta. É mesmo esta! Consciencializar as pessoas que mesmo sendo uma única pessoa eu posso fazer alguma diferença. Criando uma rede conseguimos fazer a diferença.” (Representante dos órgãos sociais A.Mor)

Não obstante, a consciencialização, não só por parte da população em geral, mas também dos próprios comerciantes, contribui para potenciar a sustentabilidade deste tipo de iniciativas e outras formas de consumo alternativas. Este tipo de iniciativas incentiva a procura por cadeias produtivas mais justas, sendo as redes de troca com moedas locais bons exemplos de outras formas “de consumir e de fazer circular bens e serviços, distanciando-se da racionalidade que caracteriza o consumo capitalista”⁶⁷ (p.211). Desta forma, é atribuída a este

⁶⁶ EVANS, M. S., “Zelizer’s theory of money and the case of local currencies”, cit. op. p. 1026-1041.

⁶⁷ SANTOS, L. L. & SILVA, B. C., “Mercados de trocas e moedas sociais em Portugal continental: os desafios de uma cultura de emancipação social”, op. cit. p. 211-229.

tipo de iniciativa uma componente pedagógica complementar relativamente às práticas de consumo.

“(…) o intuito da moeda é realmente chamar a atenção para esta importância que tem nós investirmos no comércio local ou investirmos em realmente apoiar uma economia local. (...) é quase mais pedagógico (...) para mim a moeda, serve mais como uma espécie de chamada de atenção, para que é possível, é possível, gerar riqueza e utilizá-la a nível local e utilizar à escala local. (...) Eu julgo que as pessoas estão sensíveis para a questão do comércio local, mas pouco informadas sobre o que é que cada um pode fazer. (...) é uma espécie de uma bandeira (...)” (Graça, utilizadora particular)

Paralelamente, segundo Katai et al.⁶⁸, a principal característica que distingue as moedas locais das moedas convencionais é a melhoria das relações sociais, através da ajuda mútua na comunidade. De acordo com o relato da entrevistada representante dos órgãos sociais da A.Mor, o propósito da criação desta moeda local também visava estabelecer uma rede de apoio e de entajuda local, que contribuísse para toda a comunidade e onde todos se pudessem sentir integrados e incluídos. O discurso da entrevistada indica que esta rede começa a estabelecer-se entre os utilizadores profissionais da moeda MOR, que criam parcerias entre si.

“Mostrar que isto é uma rede e que pode ser benéfica para todos. No Mercado, por exemplo, já há várias pessoas que têm a moeda. Há uma pessoa que vende flores e compotas e depois há outra pessoa que faz cestos em panos, e por exemplo, no dia dos namorados fizeram uma parceria, uma fez uns corações em tecido e pôs nos vasos das flores, e assim fizeram um conjuntinho. [...] A ideia também é um bocadinho esta, sentir que fazem parte de uma rede. (...) criação de uma rede de pertença, sentir que as pessoas pertencem a uma rede que é benéfica para todos.” (Representante dos órgãos sociais da A.Mor)

As moedas locais, segundo Coelho⁶⁹, têm como propósito primordial (re)estabelecer laços comunitários fundamentados como a confiança, a entajuda e a solidariedade. Neste contexto, uma entrevistada sugere implicitamente que a moeda MOR contribui para um sentido de comunidade e solidariedade, na qual as contribuições não beneficiam apenas o indivíduo, mas promovem o bem-estar co-

⁶⁸ KATAI, O., KAWAKAMI, H. & SHIOSE, T., Fuzzy Local Currency Based on Social Network Analysis for Promoting Community Businesses, in: Gen, M., et al. *Intelligent and Evolutionary Systems. Studies in Computational Intelligence*, vol 187, Berlin, Springer, 2009.

⁶⁹ COELHO, S. L., “Moedas Locais: reflexões sobre três casos em Portugal”, cit. op.

letivo da comunidade local. Colombo et al.⁷⁰, reforçam essa ideia, ao argumentar que o envolvimento cívico na vida comunitária desempenha um papel crucial na consolidação do sentido de pertença à comunidade.

“(...) posso dizer que ao nível do meu trabalho que é uma associação, nós temos um viveiro, já vendemos algumas plantas com a moeda MOR. Não muitas, mas algumas. Acho que me dá, essencialmente, uma sensação de poder estar a participar para alguma coisa, uma coisa que tem algum impacto a nível local, que eu não acho que neste momento seja muito grande mas acredito que potenciado poderia gerar maior impacto.” (Diana, utilizadora profissional)

Para tornar a moeda mais atraente, os pagamentos em MOR oferecem descontos em estabelecimentos aderentes, como é exemplo o desconto em determinados restaurantes. No entanto, apesar desses incentivos, há uma notável preocupação entre os utilizadores, especialmente os profissionais, em relação à tecnologia envolvida no uso da moeda MOR. Ao mesmo tempo, a adesão à moeda MOR é percebida como benéfica para os estabelecimentos participantes, proporcionando vantagens em termos de marketing. Estes comerciantes ficam em destaque em plataformas digitais, como redes sociais e no site da associação, além de serem incluídos em materiais promocionais externos, como o Catálogo de Natal de 2021 promovido pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e outras entidades locais. Isso sugere que, apesar das preocupações com a tecnologia, a moeda MOR continua a ser vista como uma ferramenta promissora para impulsionar tanto o comércio local quanto a visibilidade dos estabelecimentos participantes.

“Dar uma oferta diferente aos clientes, ou seja, clientes que queiram utilizar a moeda, possam gastar aqui. Acaba por ser bom, porque faz um pouco de marketing ao espaço. É uma forma de publicidade diferente, porque estou no catálogo da MOR, também apareço nas casas em que podem gastar, por isso para mim, isso é visto um pouco como marketing.” (Bruna, utilizadora profissional)

Atenda-se que a implementação da moeda MOR enfrenta desafios significativos não apenas na sua adoção, mas também na obtenção de financiamento. Apesar de diferentes tentativas, de forma a garantir fundos nacionais e europeus, a relevância do projeto é travada por um conjunto de barreiras burocráticas que impedem a sua aprovação. A sustentabilidade financeira da moeda MOR é uma

⁷⁰ COLOMBO, M., MOSSO, C., & DE PICCOLI, N., “Sense of community and participation in urban contexts”, *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 11(6) (2001), 457-464.

preocupação, sendo a necessidade de apoio adicional imprescindível para manter o projeto operacional a longo prazo. Apesar dos esforços de colaboração com entidades como a Câmara Municipal e o interesse nos Orçamentos Participativos, a plena integração dos MOR na comunidade ainda não foi alcançada, representando um obstáculo para a expansão e consolidação da iniciativa.

“A ideia de ser autossustentável, neste momento, na moeda não... quer dizer nós conseguimos arrancar com fundos privados, conseguimos arrancar, agora para manter, para pagar a alguém era preciso de facto alguma... mas é o problema de muitos projetos de um ano, dois anos, todos estes projetos que se fazem e depois não dá para manter em algo funcional a longo prazo. Mas a moeda precisa de dinamismo. [...] Já tivemos o interesse dos Orçamentos Participativos, fizemos um artigo sobre a moeda para o Nelson Dias, que é um dos responsáveis da organização dos Orçamentos Participativos. Mas a moeda não nasceu de um orçamento participativo. É uma iniciativa cidadã. Nasceu de uma iniciativa cidadã e é por isso, se calhar, como não nasceu numa Câmara. Há interesse em volta da moeda, é um tema que é falado.”

Evans⁷¹ argumenta que o uso sustentável de moedas locais é incomum, com poucos exemplos bem-sucedidos. O autor sugere que esses casos isolados não refletem um compromisso significativo das comunidades em expressar valores sociais e considera que as moedas locais têm um tempo de vida útil muito curto. No entanto, isso levanta questões importantes: a circulação de uma moeda local dentro de uma comunidade pode realmente promover o desenvolvimento local? As moedas locais têm o potencial de capacitar os indivíduos ou são apenas tentativas artificiais de criar condições de mercado onde elas naturalmente não existem? Especificamente, no contexto da moeda MOR, surge a dúvida sobre o seu potencial de sustentabilidade. Com o apoio adequado, não seria possível aumentar a adesão e expandir a iniciativa para outros concelhos? Com financiamento e suporte estrutural, a moeda MOR poderia não só se consolidar em Montemor-o-Novo, mas também servir como modelo para outras comunidades, promovendo desenvolvimento local e capacitação económica numa escala mais ampla.

4 NOTAS CONCLUSIVAS E PISTAS DE REFLEXÃO PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

A globalização e as novas tecnologias têm causado desequilíbrios na regulação económica e nas relações sociais, exponenciando desigualdades e promovendo práticas de produção e consumo cuja sustentabilidade é questionável. A IS

⁷¹ EVANS, M. S., “Zelizer’s theory of money and the case of local currencies”, cit. op. p. 1026-1041.

oferece uma abordagem alternativa, focada na integração e equilíbrio das forças económicas e na criação de novas formas de produção e prestação de serviços. Desta forma, a IS visa mitigar necessidades sociais que não são adequadamente atendidas pelas instituições públicas ou pelo próprio mercado.

É neste contexto que moedas locais, como a moeda MOR de Montemor-o-Novo, são exemplos de práticas de IS, na medida em que potenciam transações de bens e serviços contribuindo para o fortalecimento da economia local. No entanto, muitos comerciantes ainda não conhecem o funcionamento pleno da moeda, limitando a sua eficácia, refletindo o que Coelho⁷² e Santos e Silva⁷³ observaram noutras moedas locais em contexto nacional.

Segundo Seyfang e Pearson⁷⁴, as moedas locais são criadas para responder a problemas associados ao enfraquecimento das economias locais. Da mesma forma, a moeda MOR foi introduzida como uma tentativa de revitalizar economicamente Montemor-o-Novo. Colombo, Mos e De Piccoli (2001) também argumentam que a participação cívica na vida comunitária fortalece o sentimento de pertença à comunidade. Embora este estudo exploratório não permita conclusões generalizáveis, é possível identificar que a moeda MOR promove a economia local de forma limitada.

Não obstante, o uso da moeda aumentou a consciencialização e motivação para o consumo de produtos locais entre os aderentes. Assim, os efeitos iniciais limitados da moeda MOR podem ser atribuídos ao curto período de implementação e ao baixo número de utilizadores. A falta de recursos para sensibilização e divulgação da moeda local, juntamente com a complexidade tecnológica desta moeda, restringe a adesão e a participação de um número mais alargado de participantes, e retarda os objetivos estabelecidos, de médio e longo prazo, para o MOR.

Em suma, o impacto da introdução da moeda local MOR apenas poderá ser avaliado a longo prazo. Neste momento, enfrenta desafios significativos, incluindo o entendimento e aceitação da comunidade sobre a sua utilidade e o seu funcionamento, a superação das barreiras tecnológicas que dificultam a sua utilização por faixas etárias específicas, como é o caso dos idosos, e a obtenção de apoio financeiro adequado, quer em contexto nacional como europeu. Se essas questões forem resolvidas, haverá, certamente, um potencial significativo de que a moeda MOR possa não apenas sobreviver, mas também prosperar e trazer benefícios duradouros para Montemor-o-Novo, possivelmente até contribuindo como foco de replicabilidade noutros concelhos.

⁷² COELHO, S. L., “Moedas Locais: reflexões sobre três casos em Portugal”, cit. op.

⁷³ SANTOS, L. L. & SILVA, B. C., “Mercados de trocas e moedas sociais em Portugal continental: os desafios de uma cultura de emancipação social”, op. cit. p. 211-229.

⁷⁴ SEYFANG, G., PEARSON, R., “Time for change: international experience in community currencies”, *Development*, 43(4) (2000), p. 56-60.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRO, F. D., & FERNANDES, C. (2020). Social innovation: a systematic literature review and future agenda research. *International Review on Public and Nonprofit Marketing*, 17(1), 23-40. <https://doi.org/10.1007/s12208-019-00241-3>
- AMADO, J. (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0879-2>
- AMATO, M. & FANTACCI, L. (2019). Complementary Currencies. In Battilossi, S., Cassis, Y. & Yago, K. (Eds.), *Handbook of the History of Money and Currency* (pp. 501-522). Springer. <https://doi.org/10.1007/978-981-13-0596-2>
- ÁVILA, R. C. & MONZÓN, J. L. (2018). Best practices in public policies regarding the European Social Economy post the economic crisis. *CIRIEC International*. <https://doi.org/10.2864/623436>
- BARDIN, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- BAZZANI, G. (2020). The Sardex Experience. In A. Maurer & U. Schimank (Eds.), *When Money Changes Society: The case of Sardex money as community* (pp.1-7; 27-58). Springer Nature. https://doi.org/10.1007/978-3-658-28533-3_3
- BONI, V., & QUARESMA, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, 2(3), 68-80.
- CARVALHO, L. C., & VERISSÍMO, P. (2018). Do Empreendedorismo Social À Responsabilidade Social Corporativa: Um estudo de caso. *Holos*, 7, 59-76. <https://doi.org/10.15628/holos.2018.3390>
- CIMAC (2014, Dezembro). *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial: Alentejo Central 2020*. <https://www.cimac.pt/wp-content/uploads/2020/11/Estrategia-de-Desenvolvimento-Territorial.pdf>
- COELHO, S. L. (2019). E pudesse eu pagar de outra forma: O uso de uma moeda local como instrumento mobilizador de práticas de reciclagem e de dinamização do comércio local em Campolide. *Análise Social*, (4), 760-781. <https://doi.org/10.31447/as000032573.2019233.04>
- COELHO, S. L. (2019). Moedas Locais: reflexões sobre três casos em Portugal. *Journal of Studies in Citizenship and Sustainability*, 4.
- COLOMBO, M., MOSSO, C., & DE PICCOLI, N. (2001). Sense of community and participation in urban contexts. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 11(6), 457-464.
- EDWARDS-SCHACHTER, M., & WALLACE, M. L. (2017). ‘Shaken, but not stirred’: Sixty years of defining social innovation. *Technological Forecasting and Social Change*, 119, 64-79. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.03.012>
- EICHLER, G. M., & SCHWARZ, E. J. (2019). What sustainable development goals do social innovations address? A systematic review and content analysis of social innovation literature. *Sustainability*, 11(2), 522. <https://doi.org/10.3390/su11020522>
- EUROPEAN COMMISSION. (2013). *Guide to social innovation*. Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2776/72046>
- EVANS, M. S. (2009). Zelizer’s theory of money and the case of local currencies. *Environment and Planning*, 49(5), pp. 1026-1041. <https://doi.org/10.1068/a4144>
- FARZAD, F. S., YASHAR, S., AMRAN, A. B. & HAFEZALKOTOB, A. (2020). Social Innovation: Towards A Better Life After Covid-19: What To Concentrate On. *Journal of*

- Entrepreneurship, Business and Economics, 8(1), 89-120. <http://scientificia.com/index.php/JEBE/article/view/131>
- FERRO, M. I. T. (2020). Sistema Alimentar de Proximidade e Economia Circular de Base Social: O caso de Montemor-o-Novo [Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. run Repositório. <http://hdl.handle.net/10362/107456>
- FEVRE, R. (2003). *The New Sociology of Economic Behaviour*. London: Sage Publications.
- GARCÍA-CORRAL, F. J., de PABLO-VALENCIANO, J., MILÁN-GARCÍA, J. & CORDERO-GARCÍA, J. A. (2020). Complementary currencies: An analysis of the creation process based on sustainable local development principles. *Sustainability*, 12(14). <https://doi.org/10.3390/su12145672>
- GROOT, A., & DANKBAAR, B. (2014). Does Social Innovation Require Social Entrepreneurship?. *Technology Innovation Management Review*, 4(12), 17-26. <https://doi.org/10.22215/timreview854>
- GUIMARÃES, I., COELHO, S. L. & SOARES, C. (2019). Portuguese Local Currencies: The Recent Cases of Fundação and Covilhã. In S. L. Coelho & G. Marcelo (Eds.), *Ética, Economia e Sociedade: Questões cruzadas* (pp. 324-342). Universidade Católica Editora.
- HOWALDT, J., KALETKA, C., & SCHRODER, A. (2021). A Research Agenda for Social Innovation: the emergence of a research field. In Howaldt, J., Kaletka, C., & Schröder, A. (Eds.), *A Research Agenda for Social Innovation* (pp. 1-17). Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781789909357>
- INE. (2021). Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. <https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011609>
- JULIANI, D. (2014, Agosto, 8-9). Inovação Social: Uma revisão sistemática de literatura [Simpósio]. X Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. https://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0269.pdf
- KATAI, O., KAWAKAMI, H. & SHIOSE, T. (2009). Fuzzy Local Currency Based on Social Network Analysis for Promoting Community Businesses. In: Gen, M., et al. *Intelligent and Evolutionary Systems. Studies in Computational Intelligence*, vol 187. Springer, Berlin, Heidelberg. https://doi.org/10.1007/978-3-540-95978-6_3
- LIETAER, B. & DUNNE, J. (2013). *Rethinking Money: How New Currencies Turn Scarcity Into Prosperity*. Berrett-Koehler Publishers.
- MEYER, C. & HUDON, M. (2019). Money and the Commons: An Investigation of Complementary Currencies and Their Ethical Implications. *Journal of Business Ethics*, 160(1), 277-292. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-018-3923-1>
- MOEDAMOR (2020, Novembro). A moeda local de Montemor-o-Novo. <https://moedamor.pt>
- MULGAN, G., TUCKER, S., ALI, R., & SANDERS, B. (2007, Março 1). *Social Innovation: What it is, Why it matters and How it can be accelerated*. The Young Foundation. <https://www.youngfoundation.org/our-work/publications/social-innovation-what-it-is-why-it-matters-how-it-can-be-accelerated/>
- NEUMEIER, S. (2012). Why do Social Innovations in Rural Development Matter and Should They be Considered More Seriously in Rural Development Research? – Proposal for a Stronger Focus on Social Innovations in Rural Development Research. *Sociologia Ruralis*, 52(1), 48-69. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2011.00553.x>

- NOVAK, M. (2020). Social innovation and Austrian economics: Exploring the gains from intellectual trade. *The Review of Austrian Economics*, 34(1), 129–147. <https://doi.org/10.1007/s11138-020-00503-y>
- PEACOCK, M. S. (2014). Complementary currencies: history, theory, prospects. *Local Economy*, 29(6-7), 708-722. <https://doi.org/10.1177/0269094214553174>
- PHILLIPS, W., LEE, H., GHOBADIAN, A., O'REGAN, N., & JAMES, P. (2015). Social Innovation and Social Entrepreneurship: A Systematic Review. *Group & Organization Management*, 40(3), 428-461. <https://doi.org/10.1177/1059601114560063>
- PINTO, H., NOGUEIRA, C., GUERREIRO, J. A., & SAMPAIO, F. (2021). Social Innovation and the Role of the State: Learning from the Portuguese Experience on Multi-Level Interactions. *World*, 2(1), 62-80. <https://doi.org/10.3390/world2010005>
- POLANY, K. (1977). *The Livelihood of Man*. New York: Academic Press.
- SANTOS, L. L. (2019). Broadening the economic imagery through European complementary currencies: Citizen-driven economic initiatives and community autonomy as key concepts. In S. L. Coelho e G. Marcelo (Coords.), *Ética, Economia e Sociedade: Questões cruzadas* (pp. 343-364). Porto: Universidade Católica Editora.
- SANTOS, L. L. & SILVA, B. C. (2014). Mercados de trocas e moedas sociais em Portugal continental: os desafios de uma cultura de emancipação social. *Otra Economía*, 8(15), 211-229. <http://doi.org/10.4013/otra.2014.815.08>
- SEYFANG, G., PEARSON, R. (2000), “Time for change: international experience in community currencies”. *Development*, 43(4), pp. 56-60.
- STAMM, C. (2021). Understanding the recent dynamics of local currency initiatives in Switzerland. *International Journal of Community Currency Research*, 25(2), 63-76. <http://dx.doi.org/10.15133/j.ijccr.2021.0012>
- YIN, R. (2009) *Case Study Research: Design and Methods*. Sage: Thousand Oaks.